

NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Enfamará Cassamá

ANO XXIII - N° 1624

Preço: 300 F CFA

Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil - CP 154 - Telef: 21 37 13 / 21 37 28 - Bissau



“Não podemos processar Koumba Yalá”

- disse o Ministério Público

O Procurador Geral da República refutou categoricamente a possibilidade de Koumba Yalá ser processado por ter afirmado que foi ele quem instigou a guerra de 7 de Junho de 98, porque fê-lo naquela ocasião como cidadão comum e não em nome de partido ou como Presidente da República.

Página 4

Seminário de formação
Polícias e oficiais judiciais
aprendem conceitos
dos direitos humanos
Página 4

“PAIGC não se
esgota no passado”
- defende Francisco Benante
Página 5

Eulálio Neto condenado
a 6 anos de cadeia
Página 6

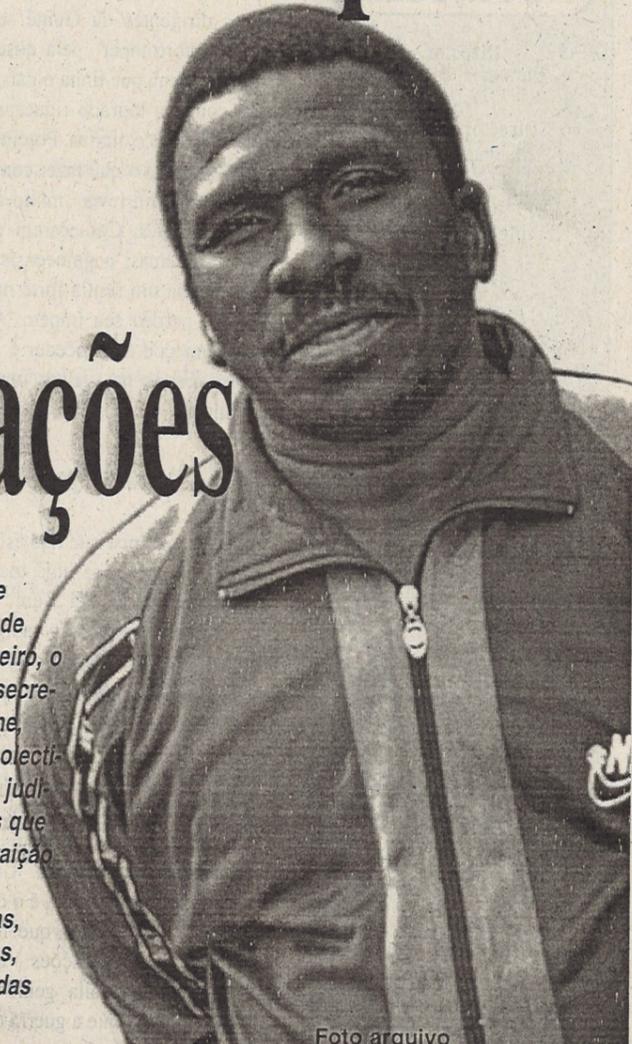
Análise
Ponto de mira Pág..... 2
O julgamento de ninistas
A Guiné não pode
continuar assim

João Monteiro na barra do tribunal

Sobre ombros pesa

um lote

de acusações



A assistência foi grande hoje de manhã, no Tribunal Regional de Bissau. O Coronel João Monteiro, o famoso agente dos serviços secretos de Nino Vieira e seu regime, começou a ser julgado pelo colectivo dos juízes dessa instância judicial. Ele é acusado de crimes que causam dores de cabeça: a traição à pátria, sabotagem à defesa nacional, operações terroristas, ofensas corporais gravíssimas, incêndio qualificado... a lista das acusações é inesgotável.

Foto arquivo

Página 12

O julgamento de ninistas

A Guiné não pode continuar assim

Em sete de Junho de 1998, alguém reclamou justiça. Não tendo sido ouvido, usou o poder de armas para ver a sua inocência patente. Hoje, saindo ele ileso a custo de milhares de irmãos nossos mortos ou amputados, a palavra justiça com "J" grande resta sempre viva entre nós. Quem finge ignorar que a Guiné tem luiz-cabralistas, ninistas, corruptos? Os primeiros mataram com a ira anti-colonialista (guerra silenciosa contra ex-guineenses salazaristas) e com a arma do poder, já aqui, inventando golpes e revoltas para liquidar colegas reticentes ou menos claros nas suas idéias. Os ninistas, estes, mataram para se perpetuarem, em detrimento da justiça. Para tal, não escolheram histórias, nem armas ou personalidades a abater. É que os ninistas foram mais longe, ao hipotecarem a integridade territorial do país, recorrendo-se a ajuda de mercenários senegaleses e conacri-guineenses contra seus irmãos de guerrilha e sofrimento. Eles é que estão a ser julgados agora. O quê dizer dos corruptos?

□ Enfamará Cassamá

Um pouco de história

Num disco, o Super Mama Djombo canta: "Guiné-Bissau, pikinino na tamanhu, garandi na fama". Aconteceu quando o paige esculpia uma cultura política revolucionária, um tipo de comunismo rubro, encostado ao Não-Alinhamento. Hoje, tudo acabou. Até por que o exercício da política ou pertença a uma idéia política forçada, deixou de ser patriotismo. E, quem dirá que é pena perdida, a daqueles que dizem que os dirigentes da Guiné se deixaram corromper pela dose de grande fama que tinha o país, tendo com ela logrado riquezas através de dons e ofertas. Porém, ao não saberem o quê fazer com elas, procuraram levar muito a vida de **snobes**. Começaram a surgir problemas: o guineensismo que cada um sentia forte na sua pele, perdeu seu ímpeto. A nação começou a retroceder e a entrincheirar-se nas velhas funças étnicas.

O bom sentido da justiça

"Uma morança que não está assente na justiça, se hoje toca tambores, amanhã já vem o diabo". É uma expressão muito corrente nas tabancas, nas horas de "kumpu kombersa" (acto de reconciliação) entre marido e esposa.

Estamos a falar dos julgamentos que o Tribunal Regional de Bissau encetou nos últimos meses contra os ninistas. Um dos casos até aqui sabido, é o do Iaia Dabó. Esse agente que foi executor de operações ou **martelo**, como muita gente o apelida, agiu durante a guerra de sete de Junho como um mercenário em terreno cujas leis e

para merecer a confiança de Nino, ele mentiu contra pessoas inocentes, queimou casas, matou, enfim, prejudicou. Que reacções poderão suscitar a pena que lhe foi aplicada uma vez que a Guné se recusa a matar o matador com a mesma faca com que matou? Apenas de justiça feita, apesar de as marcas dos males que ele causou não poderem ser pagas nem com dinheiro nem com a sua morte. O crime assente no abuso, não mata apenas a pessoa visada, mas mata também aqueles que ficam e que a sentem na pele, no coração, na vida. Historicamente falando, contra o criminoso houve sempre uma arma potente: é a vingança. Mas, não sendo esta a verdadeira cura, criaram os governos as leis e os centros prisionais, para punir e engaiolar o criminoso. As penas a aplicar aos criminosos são calculadas em função dos actos cometidos. Os técnicos encarregues da tarefa de averiguar, acusar, julgar e punir os criminosos são advogados e juizes. O local onde operam e executam sentenças são os tribunais. Estes homens dos tribunais merecem o respeito dos cidadãos, os fazem bem o seu trabalho, sem o mínimo de pressão ou influências que forem. Mas, quando a sua deontologia não tiver para eles o devido peso, e quando os melhores entre eles são subjugados e nomeados os vis, a paz e o entendimento nacionais podem estar ameaçados.

É que na Guiné, a justiça, a grande árvore de boas frutas, ainda está por plantar. É uma árvore, acima de tudo, indispensável a esta floresta nacional, na qual, até agora, penetramos e colhemos frutas doces, azedos, insípidos... as vezes devido à razões de pendor política que nunca são ditas, uma vez que a pobreza do país está dentro de

cada um de nós para receber todas as culpas.

Alguns suspeitos de crimes ou, pelo menos, de conclusão com o ex-presidente da República, Nino, ao serem postos na rua - nos últimos tempos - não hesitaram a comprar ou passear em mercedes todo-novinhos. Significa que, apesar do calaboiço, esses homens possuem sempre respeitáveis poderes económicos que farão deles patrões acima dos justiceiros da Junta Militar.

O que não se compreende é o seguinte: se a justiça é descrita como a virtude que faz que se dê a cada um o que lhe pertence, por que razão não é, até aqui, atribuída à Guiné-Bissau a justiça que levou seus filhos a penetrarem as matas e a serem **guerrilheiros**, na expressão favorável e "**bandidos de mato**" na idéia tuguista?

Nós acreditamos na idéia que, a justiça ou sua busca, começou lá. A independência nacional é, assim, a recompensa dessa busca por meios violentos. Mas, o que aconteceu depois? Não é que esses **buscadores da justiça**, se tornaram em **furtadores, violadores, matadores...** em tudo o que abjectamente desonra o bom nome deste país e povo?

Este povo tem direito à justiça

Não é uma justiça que parta apenas de sete de Junho de 1998, em que a Junta Militar encabeçou uma luta que o povo não pôde fazer porque não tinha armas, e em que essa união militar ofendeu ao prender e soltar a pomba pintada de sangue que todo o mundo queria ver julgada. Essa atitude que denegriu a Junta Militar uma vez que, da seriedade, ela acabava de optar em cair na falsidade e falhanço. É que a justiça deve abranger também os períodos em que estiveram em voga os **luiz-**

cabralistas, que deteram e dizimaram na base das seguintes acusações: "Ele é pertenceu aos Comandos Africanos, à companhia dos fuzileiros, de paraquedistas, de milícias, soldados ou da pide-DGS".

Depois, em 1980, surgiu o 14 de Novembro a clamar justiça, dignidade e a paz para a Guiné-Bissau. O povo sentiu-se salvo e seguro porque Nino Vieira, no verdadeiro sentido da palavra, era visto como bom militar. Bastaram poucos anos para que ele se tornasse em ditador sem medidas nem nexos, criando ninistas piores que a serpente de sete cabeças.

Se hoje existe um tribunal que está a julgar ninistas, a juventude guineense do futuro poderá vir-estar bem apetrechada com documentos escritos e disponíveis em instâncias jurídicas. Porém, o quê dizer do próprio Nino Vieira, de Paulo Correia, Viriato Pã ou de Buscardine, que pereceu durante o desencadear de 14 de Novembro em 1980 com uma razada saída de um carro blindado? Se os outros foram mortos com falsas acusações e podem ser chamados de mártires, que nome atribuir ao Buscardine, ex-responsável da polícia secreta e demais outros guineenses executados discreta ou simuladamente suicidados?

A Guiné não pode continuar assim. Somos, aliás, um Estado de júri, como rezou algures, Carlos Vamain. Temos um voto na Assembleia Geral da ONU à imagem da França, EUA ou Portugal. Ora, se isso é assim, não devemos tolerar pressões de quem quer que seja, quando falamos justiça. Por que ela é a base de todo e qualquer Estado de direito. Força e empenhamento ao Tribunal Regional de Bissau! Esta Pátria precisa da justiça e não de simulacros! Avante!



NÔ PINTCHA

Director
Enfamará Cassamá

Director adjunto
Simão Abina

Chefe de Redacção
Domingos Meta Camará

Redacção
Carlos Casimiro, Adulai
Djaló, Domingos Meta
Camará, Enfamará Cassamá e
Simão Abina

Fotografia
Mário Joaquim Gomes,
Manuel da Costa e Pedro
Fernandes

Secretaria de Redacção
Ivete Monteiro e Ângela Reis

Edição Electrónica
Anselmo Matche e Mário
Óscar

Administração e Finanças
Inácio Correia, Edmundo
Piedade, Amâncio Tepam-é,
N'Gona Mané e Ansumane
Turé

Tiragem: 2.000 exemplares

Impressão: INACEP



ZEI	AGÊNCIA 1	ZEI	TRANSPORTE	
001	Zona Ind. Brá	5	048 Rua 15	62
002	Zona Bolola Rua 11	1	049 Rua 14	44
003	Prol. Rua Gueria Mendes	4	050 Rua 13	42
004	Bolola Rua 12	2	051 Av. Amical Cabral	17
005	Bolola Rua 10	1	052 Av. Pausau N'Isna	62
007	Prol Rua Y. Costa	1	053 Av. Independencia	28
008	Rua 24 Setembro	1	054 Rua Cach...	3
009	Rua 12 Setembro	14	055 Predio Socotram	11
010	Rua 5	2	056 Rua Gabú	6
011	Rua 4	7	057 Rua Eng. Quinhone	13
012	Rua 3	7	064 Predio Sida	44
013	Rua 2	14	310 Av. Pausau N'Isna	36
014	Rua 1	18	335 Prol Osv. Vieira	46
015	Rua 19 Setembro	1	341 Cupelum de Baixo	97
016	Rua António N'Bana	8		
017	Av. 3 Agosto	23		
018	Rua Guerra Mendes	24	TOTAL CLIENTE(1.717)	
019	Rua 6	2		
020	Rua 7	4		
021	Av. do Brasil	42		
023	Rua S. Tomé	23		
024	Rua C. Verde	27		
025	Rua Angola	45		
026	Rua 20	12		
027	Rua Mariem N'Goabi	76		
028	Rua Eduardo Mondlane	80		
029	Rua De. Severino G. Pina	83		
030	Rua Justino Lopes	123		
031	Rua Victorino Costa	123		
032	Rua Moçambique	2		
033	Rua Rui Djassi	28		
034	Av. Unidade Africana	61		
035	Rua Boe	38		
036	Rua Areolino Cruz	42		
037	Rua Cidade Lisboa	15		
038	Av. Francisco Mendes	66		
039	Av. Osvaldo Vieira	58		
040	Rua 19	11		
041	Av. Domingos Ramos	41		
042	Rua 18	6		
043	Rua 17	8		
044	Rua Bolama			
045	Rua Bafatá Atransportar	4		

ZEI	AGÊNCIA 2	ZEI	TRANSPORTE
070	Mercado Bandim	78	
071	B. Mindara	275	
080	Av. Caetano Semedo	101	
081	B. Alto Crim	150	
082	Rua Junto	35	
083	Bairro Alto Crim 2	124	
084	B. Chão de Papel	12	
090	Estrada Bandim	90	
091	B. Bandim 2	272	
092	B. Bandim 1	262	
093	Estrada Bôr	42	
100	Alto Bandim 1	175	
101	Alto Bandim	?	
072	Estrada Caracol	57	
TOTAL (1.673)			
ZEI	AGÊNCIA 3	ZEI	TRANSPORTE
330	Av. Cintura	131	443 B. Antula
331	B. Cupelum Cima	138	450 B. Impantcha
345	B. Cupelum de Baixo	164	460 B. Lala Quema
350	Rua Corca So	40	471 Antula Bono 1
351	B. Amadalai	43	472 Antula Bono 2
355	Est. Granja	71	060 B. Reino 1
356	B. Pefine	56	061 B. Reino 2
360	B. Calequir	21	062 B. Gá Beafada
370	B. Luanã	230	063 Av. 14 Novembro
380	Siló Diata	3	
390	B. Rossio	58	
395	Est. Sta. Luzia	69	
396	Ex. Quartel General	59	
400	B. São Vicente Paulo	23	TOTAL CLIENTE(2.111)
405	Est. Plubá	66	
406	B. Sta. Luzia	128	
420	B. Plubá 1	47	
421	B. Plubá 2	20	
430	B. Coco	62	
440	B. Antula 1	40	
441	?	47	
442	B. Antula 2		

ZEI	AGENCIA 4	ZEI	TRANSPORTE
610	B. Belém	261	
615	Prol. Av. 14 Novembro	59	
620	B. Belém Oeste	344	
630	B. Missira	359	
635	B. Madina	29	
640	B. Missira Oeste	120	
641	Predio Taewan	68	
650	Mão de Agua	92	
655	B. Intim	26	
660	B. Ajuda 1ª Fase	306	
680	B. Ajuda 2ª Fase	458	
710	B. Cutum	510	TOTAL CLIENTE(2.632)
ZEI	AGENCIA 5	ZEI	TRANSPORTE
670	B. Internacional	15	
695	Bôr	50	
700	B. Quelélé	515	
720	Brá Oeste	66	
721	B. Bra Est.	33	
725	B. Penha	15	
730	B. Militar	493	
735	B. Bissaque	43	
740	B. Militar Cas. Papel	260	
750	Dessalanea	14	
760	Plaque 2	57	TOTAL CLIENTE(1.561)

Não podemos processar Koumba Yalá

- disse o Ministério Público

O Procurador Geral da República refutou hoje categoricamente a possibilidade de Koumba Yalá ser processado por ter afirmado que foi ele quem instigou

a guerra de 7 de Junho de 98, porque fê-lo naquela ocasião como cidadão comum e não em nome de partido ou como Presidente da República.

Rui Sanhá que falava em entrevista à Agência Noticiosa da Guiné (ANG), face às declarações feitas pela Aliança Socialista Guineense (ASG) na semana passada, em que afirmava que o Ministério Público deveria mover processo crime

contra o Presidente da República Koumba Yalá, defendeu que qualquer cidadão é passível de procedimentos judiciais desde que infrinja a lei em vigor no país.

Sanhá fundamenta dizendo que as declarações de Koumba Yalá não se enquadram na lei quadro



Rui Sanhá, Procurador Geral da República

dos partidos políticos e nelas não há nenhuma violação da Constituição da República, como a ASG está querendo deixar entender.

"Koumba Yalá integrou o movimento que posteriormente saiu vitorioso, portanto é inconcebível mover-lhe qualquer proces-

so", esclareceu Rui Sanhá.

O Procurador Geral da República descarta a hipótese de jamais ninguém ser perseguido ou processado só pelo facto de ter estado num dos lados dos dois beligerantes, salvo casos em que se constatar ter havido crimes autónomos.

Seminário de formação

Polícias e oficiais judiciais aprendem conceitos dos direitos humanos

Iniciou terça-feira, em Bissau um curso de formação em direitos humanos e cidadania. O curso é organizado pela Liga Guineense dos Direitos Humanos e nele participam polícias e oficiais judiciais.

A sessão inaugural foi presidida pelo Primeiro-Ministro, Caetano N'tchama, que louvou a iniciativa e encorajou a Liga pelas acções importantes que tem vindo a promover para o bem do país, e levando à que os guineenses estejam dotados das noções básicas sobre os princípios fundamentais dos direitos humanos e da cidadania.

Aliás, ele, na qualidade de activista dos direitos humanos, participou em acções do género, nomeadamente, em Angola onde orintou um curso de formação destinado aos guardas prisionais daquele Estado amigo.

Caetano N'tchama demonstrou, por outro lado, a

vontade de o seu executivo em colaborar com a LGDH, no sentido de melhor divulgação em conjunto, das suas actividades em quanto organização defensora dos direitos do homem.

Por fim, pediu aos participantes do curso a aplicarem os conhecimentos que irão adquirir e apelou-os a agirem estritamente com o respeito pelas leis.

Para o presidente da Liga, Inácio Tavares, o presente curso não é senão o seguimento do primeiro seminário de polícias e guardas prisionais, realizado em Abril de 1997, cujos os resultados haviam sido positivos o qual não tete continuidade prevista, devido ao conflito

político Militar de 1998.

Inácio Tavares reconheceu que no passado, devido a simples menção do termo direitos humanos, decidira o governo de então recusar a participação dos polícias e agentes judiciários. Agora, o cenário é outro. O relacionamento entre a sua instituição e os polícias já é melhor do que no passado. "A prova disso, é a Jornada de Reflexão e luta contra a Criminalidade", que realizamos em Maio último, sustentou o presidente da Liga.

Por outro lado, o activista dos direitos humanos assegurou que a sua organização está muito interessada na promoção dos direitos humanos junto às Instituições militares e para-militares, junto

das quais irá multiplicar o seu programa formativo por forma a capacitar os agentes de ordem pública. Isto, por serem elas entidades que velam pela conservação do património material da cidade e dos cidadãos.

Inácio Tavares apontou para a necessidade urgente de ver reaberta a escola de formação para polícias e agentes judiciários, a fim de poderem responder com as exigências de actualidade.

Enfim, alertou o Governo a não discursar muito em outros trabalhos, sem pensar seriamente na criação de condições materiais e financeiras indispensáveis para que os agentes da ordem pública e outros possam cumprir com

isenção e honestidade a sua difícil mas nobre missão que a sociedade espera deles.

Este segundo curso de formação possibilitado pela Liga iniciou na segunda-feira, 28 de Agosto, e vai durar cinco dias.

Além do Primeiro-Ministro, estiveram presentes outras personalidades do governo, tais que, Pedro da Costa, secretário de Estado da Comunicação Social, Genésio de Carvalho, vice-procurador geral da República, Selso de Carvalho, director dos serviços de informação do Estado, Abel de Carvalho, líder de bancada da RGB e Bitchófla Na Fafé, Comissário Geral da POP.

Amarante Sampa

“PAIGC não se esgota no passado”

- defende Francisco Benante

“O PAIGC não é um partido que se esgota no passado”. É o presidente desta formação política, na oposição, quem exprimiu esta idéia em 24 de Agosto, aquando da sessão de abertura da quinzena de informação e de empossamento da comissão instaladora dos “veteranos do partido”.

□ Amarante Sampa

Francisco Benante disse no seu discurso, que os últimos acontecimentos pós-eleitorais, trouxeram à luz a verdade que dia-à-dia se torna incontornável, mesmo para os mais incrédulos do PAIGC, que este é um partido que melhor se ajusta aos complexos e delicados desafios que interpelam a sociedade guineense de hoje e constitui a alternativa mais credível ao actual poder político.

“Em tão pouco tempo, o elitizado guineense acabou por identificar as reais diferenças que existem entre um partido, como o nosso, experimentando, patriota e competente, e um grupo de associados contestatários, incoerentes, sem estratégias, irresponsáveis e sem sentido de Estado como é o caso do Estado PRS/RGB de Caetano Ntchama”, asseverou ele.

Em análise à actual situação sócio-política, o presidente do PAIGC sublinhou que a prática política de cada um de nós, felizmente, tem demonstrado que o PAIGC é um partido com competência e sinergias endógenas que lhe permitem superar os erros do passado recente e longínquo, e, situar-se, como tem vindo a fazer na vanguarda da luta contra a corrupção, desgovernança, a tribalização do aparelho de Estado, o clientelismo e incompetência.

Sendo isso, o líder do PAIGC é de opinião que o seu partido está adequado aos desafios de hoje e de amanhã, e, em parceria com as forças democráticas guineenses, dispõe da qualificação e da experiência necessárias para pôr cobro à degradação da autoridade do Estado, as irresponsabilidades que têm vindo a atingir proporções altamente preocupantes, “sobretudo quando elas provêm do Chefe de Estado, nos domínios que dizem respeito a todos os guineenses, tais que a soberania Nacional”.

“Refiro-me, aqui, às recentes iniciais do Chefe de Estado reactivamente ao acordo sobre a exploração de petróleo, entre a Guiné-Bissau e o Senegal; bem a questão de conflito ao sul do



Francisco Benante discursando na sessão de abertura da quinzena de informação e de empossamento da comissão instaladora dos “veteranos do partido”.

Senegal na zona do Cassamence”.

Iniciativa dessa natureza, segundo Benante, quando mal ponderadas e mal geridas, poderão eventualmente perigar a já precária estabilidade e a paz civil na sub-região, acrescentou.

Entretanto, adiantou esse líder paigeista, pouco ou nada se pode esperar de um Presidente de República que afirma publicamente ter sido ele, enquanto presidente de uma formação política de oposição, a incitar e ordenar a violência que, mais tarde, se transformaria no mais cruel e mortífero conflito da nossa história.

Para Francisco Benante, frustradas que foram todas as perspectivas de mudança, os guineenses estão hoje confrontados com um Presidente da República cada vez mais imprevisível e incoerente; que desrespeita a Constituição da República, quebra o princípio da independência e interdependência dos órgãos de soberania do Estado, e, em parceria com o Primeiro ministro, assume a gestão de um governo corrupto, incompetente e arrogante que está a conduzir o país a uma situação de instabilidade e convulsões sociais, acentuou.

“O Governo do PRS/RGB é, de facto, o verdadeiro governo de marcha- ré!

É, um Governo que tem vindo a perder de forma assustadora, toda a credibilidade interna e externa. Desgoverna, promove a divisão no seio das Forças Armadas, e não é capaz de sus-

tentar um diálogo com os parceiros de desenvolvimento”, considerou Benante.

Para fundamentar estas considerações, o líder do PAIGC evocou os resultados das duas missões do BM e do FMI que, no seu entender, falam por si. “Aliás, o Governo foi mais uma vez chumbado e ainda não há um programa já neste momento do ano”, zombou ele, acrescentando, citamos: “Por mais incrível que pareça, este governo não sabe que paga mais de 60. mil funcionários

através de OGE. E, se sabe disso, então está mais uma vez a ludibriar os nossos parceiros de desenvolvimento”, fim de citação.

Francisco Benante considerou ser amplo falar dos erros de desgovernança do actual poder político, tendo sustentado que este tem vindo a autorizar coisas sem pensar no concurso público, em desobediência às regras do Fundo Monetário Internacional.

Após ter evocado a pirataria dos nossos recursos haliéticos, com base em negócios obscuros



Vasco Cabral, um veterano do PAIGC

de vinte barcos a pescarem na nossa zona marítima exclusiva,

Benante abordou a questão que chama de “super dimensionamento das possibilidades reais do país a suportar os salários e os encargos de instalação de cinco Primeiros-Ministros, a saber, o Primeiro-Ministro constitucional, o Vice-Primeiro-Ministro, o Procurador Geral da República, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e presidente do tribunal de contas, vinte ministros, incluindo os cinco conselheiros do Presidente da República, que são equiparados à ministros de Estado”.

Noutra parte da cerimónia, foram empossados os membros da comissão instaladora do Conselho Nacional dos Veteranos do PAIGC. Eis as personalidades empossadas: Vasco Cabral, Abdulai Bari, António Lacerda, Carmen Pereira, Luis Correia, Kau Sambú, Anastácio Furtado, Armando Abubana, Juvêncio Gomes, Regina Sanca, Amâncio da Cunha, Elise Turpin, José Alô Fernandes, Avelina Souza Delegado e Ata Fernandes.

Devido ao seu passado e maturidade no partido, Vasco Cabral criticou a forma como decorreram os trabalhos, por achar que não foi consultado. Além de mais, criticou a actual direcção do PAIGC pela maneira como deixou desenrolar o último congresso do partido, em que não houve a transparência requerida o que resultou na violação flagrante dos princípios básicos do mesmo.

“Enquanto militante do PAIGC, nunca defendi a tiania”, destacou ele.

Por essa razão, condenou os acontecimentos de 7 de Junho de 1998, os quais, na sua opinião, constituem um fracasso para o partido, que não merecia a má-chance de militar hoje na oposição.

Estiveram presentes no encontro de encerramento, os membros do BP, corpos diplomáticos acreditados no país, o representante do Secretário-Geral das Nações Unidas na Guiné-Bissau, assim como os militantes e simpatizantes do partido, entre eles, a honrosa presença da Dona Ana Maria Cabral viúva de Amílcar Cabral, “chefi di guêra”.

Eulálio Neto condenado a 6 anos de cadeia

O ex-comissário regional da polícia de Bafatá, Eulálio Neto, é o sexto prisioneiro de guerra condenado ontem pelo Tribunal Regional de Bissau. Na sentença pronunciada por um juiz, Eulálio Neto vai ter que passar seis anos na gaiola e uma indemnização de mais de 2 milhões de francos CFA às suas vítimas.

Segundo o Ministério Público, durante a guerra de 7 de Junho, Eulálio Neto teria ordenado, com a autorização do ex-presidente da República, Nino Vieira, a detenção de vários cidadãos, entre eles, Filipe João Spencer, vulgo, Patchana, Malam Fófana, Ana de Jesus Barbosa, Honório Benjamim Correia, António Camilo e Francelino Malam Manafá. Após a detenção, o ex-comissário de polícia remeteu-os depois aos soldados da Guiné-Conakri, que os amarraram às mãos e os pés submetendo-os enfim, à bárbara e desumana tortura.

No seu acto de acusação, o Ministério Público adiantou citando os testemunhos das vítimas, "que a intenção do suspeito era de os eliminar fisicamente, mas, essa intenção não se consumou por que o condutor da viatura que os transportava, Banha Embaló, soube que, se os levásse para o local de fuzilamento, ele também teria a mesma sorte. Pelo que decidiu pura e simplesmente desobedecer indo estacionar no aquartelamento de Gabú.

As vítimas dizem-se ter for-

mado a convicção de que seriam assassinados, devido a natureza dos materiais que haviam embarcado no carro, a saber, pás, picaretas e outros instrumentos de escavação.

Com base nestes dados, o Ministério Público considerou haver actos contra a liberdade humana, ofensas corporais, sequestro e rapto.

O réu, Eulálio Neto, por seu turno, confirmou ter mandado prender, mas, por iniciativa própria, os senhores supracitados por alegada ligação com a Junta Militar. Ainda, de acordo com ele, Nino Vieira lhe havia instruído que assim que os prendesse, que os conduzisse para Kolda, no Senegal, de onde seriam encaminhados posteriormente para Bissau.

O acto que refutou tem a ver com a acusação segundo a qual, ele teria ordenado às tropas nãneas que amarrassem e torturassem os prisioneiros e de ter nutrido a intenção de os eliminar fisicamente nos arredores de Mansoncô.

"Não houve nenhuma tentativa de homicídio. Se a tivéssemos, podíamos tê-la requisitado

do aquartelamento de Gabú, que na altura, estava sob o controlo das forças governamentais", sublinhou Eulálio.

Acrescentou que, por ser grande católico, sabe que a vida é o bem dos mais sagrados existe no mundo e que ninguém tem o direito de tirá-la ou mandá-la tirar à outrem.

A fundamentar os motivos que estiveram na origem da detenção dos senhores acima referidos, Eulálio Neto explicou que havia interceptado a correspondência que o Honório Benjamim enviara ao comandante da frente leste, a qual depois de a fotocopiar, deixou-a seguir para o destino.

A mesma continha, entre outras informações, o número de efectivos militares existentes em Bafatá, assinalando também o seu posicionamento estratégico.

Além destes, Eulálio Domingos Neto falou também de um caso, que outrora, fora revelado por Mafugi, julgado no dia 20 de Julho, e que está relacionado com o que se verificou em do Outubro de 1999. Um facto que o colectivo de magis-

trados do Ministério Público ouviu com uma certa frieza e com ar despreocupado para não dizer indiferentes. É que no mês de Outubro do ano passado, Eulálio, Mafugi, Sanquinha e Abdú foram sequestrados da prisão da Marinha de Guerra com a conivência do Ministério Público (estavam sob a alçada deste), e levados para as cidades de Bafatá e Bambadinca, onde foram postos a circular pelas artérias daquelas duas cidades, com as mãos bem amarradas às costas e de pés descalços.

Essa peregrinação, no dizer do réu, foi observada por todas as suas vítimas com a excepção de Ana Barbosa. Todos estavam ali a gozar e a indicar como é que devíamos ser amarrados.

"Quando fomos postos a marchar pelas ruas de Bambadinca, estava lá o Comandante de Supremo de Junta Militar, Ansumane Mané. Na altura, este, segundo a ANG, disse que podíamos ser postos a andar nus ou que podíamos ser mortos, se isso lhes apetecesse.

Outra referência constada de todas as testemunhas enviadas tem a ver com Abdú Pereira

Barreto, comandante regional da polícia de trânsito. Este teria executado a prisão dos detidos, mas, nada sabia dos motivos e que se tinha limitado apenas a cumprir a ordem dada do seu superior hierárquico.

Tendo em conta o envolvimento profundo e directo do Abdú Barreto, o colectivo de juizes deu instruções ao Ministério Público que lhe seja imediatamente decretada a prisão preventiva aguardando dentro do tempo legal a instrução de um processo.

Depois de ouvido o réu e os testemunhos, o Ministério Público exortou o colectivo de juizes a condená-lo pelos crimes que cometeu, e que as vítimas sejam indemnizadas devidamente pelas ofensas corporais sofridas. A defesa do réu disse por sua vez estar preocupada com os excessos, pois alguns dos crimes de que é acusado o seu constituinte não foram provados, à título de exemplo, ter o Eulálio mandado torturar os detidos, fazendo lembrar que a pena de tortura é intransmissível. A sentença seria conhecida quarta-feira, 30 de Agosto.

Um governo que quer levar à rastos os empresários do seu país, é um governo que não pretende um desenvolvimento para o seu povo. Esta afirmação foi feita pelo vice-presidente da Câmara de Comércio Indústria e Agricultura - CCIA.

Criado tribunal ad-hoc para arbitrar entre o BIGB e empresários CCIA evoca ilegalidade do acordo constitutivo

Augusto Braima Sané, que falava à ANG sobre a posição da CCIA face ao recente protocolo de acordo assinado entre o Governo e o BIGB para a criação de um tribunal "ad-hoc" com a finalidade de julgar os dossiers de créditos concedidos por esse Banco privado, disse que o mesmo é ilegal e inconstitucional.

"A CCIA, em nome da

classe empresarial guineense, manifesta assim o seu desagrado quanto ao espírito que conduziu à assinatura do referido acordo, considerando que o sector privado tem sabido, de forma responsável, compreender, até aqui, as dificuldades do governo no que diz respeito a indemnização dos prejuízos de guerra e o relançamento económico", disse ele.

O vice-presidente da CCIA recordou, que o conflito político-militar de 7 de Junho de 98

foi assegurado, em parte, graças os recursos materiais e financeiros dos empresários guineenses. "Por isso, o Governo devia preocupar-se, primeiramente, em mobilizar fundos de apoio ao sector privado, por forma a criar condições para o relançamento dos referidos operadores económicos, cujos capitais foram gravemente atingidos pela guerra, em vez de nutrir, agora, acções de carácter coersivas".

"Desde 1996, os sucessivos governos da Guiné-Bissau acumularam dívidas com os empresários orçada em mais de 10 milhões de dólares USD, e um fardo de mais de 900 milhões de dólares USD com os seus parceiros internacionais, sem nunca ter sido levado ao tribunal ou ser sancionado", reclamou Braima Sané.

Segundo ele, a CCIA, na qualidade de parceiro incontestável, solicita e exige do gov-

erno uma postura de Estado e não de inimigo em relação ao sector privado, devendo, para o efeito, criar condições necessárias que conduzam a um entendimento harmonioso entre as partes.

A concluir, o vice-presidente da CCIA deu o seguinte recado: "Se o governo manter uma posição de irreversibilidade sobre o caso, a sua instituição irá usar todos os meios necessários em defesa dos seus associados".

As peripécias dos doentes guineenses em Portugal

É exasperante, fatigante, chocante, enfim, é demais para um doente. A doença não perdoa e o sofrimento parece nunca acabar. A mafia da junta médica está instalada nas ruas de Bissau. Em Portugal nem a Nossa Senhora de Fátima consegue fazer milagres para tanta confusão. E porque Lisboa faz perder os valores da solidariedade familiar patente nas sociedades africanas, a reponsabilidade pelo doente passa a andar pelos cantos da capital portuguesa. O INFORMATIVO AGUINENSO foi procurar resposta a algumas questões consideradas fundamentais, nomeadamente, "como inverter esta situação e garantir melhor acolhimento e tratamento aos doentes guineenses que realmente precisam, otimizando os recursos da cooperação nessa área".

Segundo uma fonte Ministério da Saúde de Portugal, a cooperação com a Guiné-Bissau, que remonta de 1976, tem sido boa, "na medida em que a língua, comum, facilita o relacionamento". Contudo, refere a mesma fonte, nos últimos anos tem havido alguns excessos pela parte guineense, concretamente no que se refere a evacuação de doentes presumivelmente com casos de difícil tratamento nos hospitais da Guiné-Bissau. E exemplifica: "chegamos ao ponto de receber entre 1997/98, cerca de mil alegados doentes, quando o acordo estabelece o máximo de duzentos por ano. Muitas das vezes tratavam-se de casos normais que não necessitavam de ser evacuados para Portugal. Daí ser fácil depreender que algumas Junta Médicas passadas pelos serviços de saúde guineenses estão viciadas e, por conseguinte, servem de trampolim para a imigração ilegal. Esta situação obrigou a Direcção-Geral da Saúde de Portugal a suspender o envio de doentes guineenses para Portugal, desde Janeiro de 1998.

Os Serviços Sociais da Embaixada da Guiné-Bissau em Portugal,

corroboram esta afirmação e lamentam que a situação dos doentes guineenses é cada vez mais preocupante, visto que a política de atribuição de Junta Médica deixa muito a desejar. Em Bissau, este sector passou a ser uma fonte de avultadas receitas para muitos e uma autêntica dor de cabeça para a Embaixada em Lisboa. Apesar da suspensão Bissau sempre continuou a enviar doentes para Lisboa.

De acordo com a embaixatriz Sílvia Lopes Queta e a Leopoldina Duarte Araújo (Dona Dina), as autoridades guineenses devem reorganizar seriamente os serviços da Junta Médica, sob pena de prejudicarmos as relações de cooperação, até aqui excelentes, com Portugal. Informaram que muitas vezes os seus serviços são confrontados com a situação sensíveis e ingratas: "os doentes chegam-nos de pára-quadras, sem recursos e sem a prévia marcação de consulta nos hospitais portugueses; quando isso acontece e porque não podemos virar as costas a nenhum guineense - envidamos esforços junto dos hospitais portu-



A pequena Mirabela Dabó, padece de hemangioma, uma doença de difícil tratamento na Guiné-Bissau. Aqui acompanhado pela mãe, Margarida Gomes Teixeira.

gueses para o atendimento do caso. Mas é bom assinalar que essas situações já representam um fardo para Portugal."

Por outro lado, o Ministério da Saúde da Guiné-Bissau, entidade que homologa a Junta Médica não providencia meios financeiros para cobrir os custos extra-hospitalares dos doentes que envia para Portugal. Este facto foi confirmado pelo Director-Geral da Saúde Pública da Guiné-Bissau.

Segundo Francisco Dias, tem havido problemas nesse sentido por-

que nem sempre a parte guineense consegue conciliar a prática da cooperação ao espírito dos acordos.

Entretanto, o INFORMATIVO AGUINENSO apurou que a Representação Diplomática guineense em Portugal, que depende da verba que lhe é contemplada no Orçamento Geral do Estado, não recebe um tostão de Bissau desde Maio de 1999.

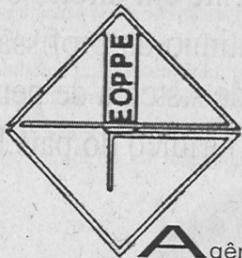
O seu funcionamento tem vindo a ser suportado pelas receitas dos Serviços Consulares, onde os Serviços Sociais vão, igualmente, buscar subsídios para alguns doentes em

situação difícil. Estes factos levam-nos concluir o seguinte: o dinheiro com que os "mandões" compra veículos VX todo o terreno em Bissau, pode servir para salvar centenas de vidas humanas. É uma questão de aplicar correctamente os recursos.

No entanto, para inverter a situação actual e otimizar os recursos disponíveis no quadro da cooperação bilateral, a fonte do Ministério da Saúde português revelou que Portugal está disponível a enviar, periodicamente, para os PALOP, equipas de médicos especializados em doenças tropicais para trabalharem conjuntamente com os seus colegas locais. É preciso que o governo guineense crie as condições físicas necessárias nos hospitais para que esse especialistas possam trabalhar. O Director-Geral da Saúde Pública da Guiné-Bissau confirma a recepção de uma nota da sua congénere portuguesa nesse sentido e avançou que o assunto está a ser analisado. Mas, infelizmente lá ninguém tem pressa e os que realmente precisam podem esperar, esperar.

In Aguienso

Anúncio



Agência Guineense de Execução de Obras de Interesse Público e Promoção do Emprego

A AGEOPPE, pretende efectuar uma classificação de Empresas, Gabinetes de Estudos e Consultores interessados em mercados que serão, brevemente, lançados a concurso para a execução dos projectos de construção e de reabilitação das infra-estruturas sanitárias, previstos no Programa Nacional de Desenvolvimento Sanitário. Esta classificação diz respeito às seguintes categorias de trabalhos:

- Edifícios
- Furos de água

Os interessados em candidatar-se a classificação numa das categorias acima e respondendo aos criterios fixados podem consultar o processo de classificação na AGEOPPE.

Os processos de candidatura devem ser entregues em envelope fechado ou enviados à AGEOPPE no endereço abaixo indicado e ter expressamente a menção "pedido de classificação".

Rua General Omar Torrijos
CP 754, Bissau
Tel. (254) 20 22 62/ 21 19 51
Fax (245) 20 22 62,
E-Mail: ageoppe@sol.gtelecom.gw ou
ageoppe@hotmail.com

Para mais informações contactar a Direcção Técnica da AGEOPPE nas horas normais do expediente.



IOM International Organization for Migration
OIM Organisation Internationale pour les Migrations
OIM Organización Internacional para las Migraciones
(Mission: Guinée-Bissau-Bissau)

ANÚNCIO DE CONCURSO / Consultor

No quadro da realização das actividades preparatórias do Programa de Desmobilização Reinserção e Reintegração dos Ex-Combatentes (PDRRI) do Governo da Guiné-Bissau, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), agencia da assistência técnica do referido programa, implementará uma série de estudos preliminares.

Para a realização do estudo “análise do dispositivo jurídico e financeiro do sistema de pensões e outros benefícios de desmobilização para os antigos combatentes e membros das forças de defesa e segurança da Guiné-Bissau”, a OIM leva a cabo um concurso público para o recrutamento de um(a):

JURISTA

Com as seguintes qualificações e requisitos:

1. Grau universitário de mestrado ou equivalente em direito ou ciência jurídicas,
2. Ter mínimo de sete anos do exercício contínuo da profissão. Com experiência comprovada na pesquisa aplicada, especialmente no domínio de análise de sistema de pensões,
3. Conhecimentos aprofundados do contexto jurídico do país. Familiarizado com regime jurídico das forças de defesa e segurança,
4. Aberto ao trabalho de equipa,
5. Disponibilidade imediata.

As candidaturas em envelope fechado deverão ser dirigidas ao **Senhor Gustavo Gonzáles, Conselheiro Técnico Principal, no endereço: PDRRI / Av. 14 de Novembro-Chapa de Bissau / C.P.779 / Bissau / Rep. da Guiné-Bissau, até ao dia 14 / 09 / 2000 às 16H30.**

Os documentos exigidos, são:

- Carta de apresentação,
- Curriculum Vitae (versão detalhada),
- Cópia de diplomas (autenticada) .

A consultoria será realizada num período de 35 dias. O salário será fixado na base da experiência profissional antecedente e no estrito respeito das normas e procedimentos da OIM para os consultores nacionais.



IOM International Organization for Migration
OIM Organisation Internationale pour les Migrations
OIM Organización Internacional para las Migraciones
(Mission: Guinée-Bissau-Bissau)

ANÚNCIO DE CONCURSO / Consultores

No quadro da realização das actividades preparatórias do Programa de Desmobilização Reinserção e Reintegração dos Ex-Combatentes (PDRRI) do Governo da Guiné-Bissau, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), agencia da assistência técnica do referido programa, implementará uma série de estudos preliminares.

Para a realização do estudo “análise das condições técnicas e institucionais para a implementação do componente de reintegração económica dos ex-combatentes”, a OIM leva a cabo um concurso público para o recrutamento de um(a):

ECONOMISTA/SOCIÓLOGO

Com as seguintes qualificações e requisitos :

1. Grau universitário, mestrado ou equivalente em ciências económicas, sociologia ou disciplina semelhantes,
2. Ter um mínimo de sete anos do exercício contínuo da profissão,
3. Um mínimo de 4 anos de experiência em pesquisa aplicada, especialmente na realização de estudos diagnósticos do mercado de trabalho, da capacidade institucional para formação profissional entre outros,
4. Conhecimentos aprofundados do contexto socio-económico do país,
5. Ter trabalho no contexto da cooperação internacional para o desenvolvimento é uma vantagem,
6. Aberto ao trabalho de equipa,
7. Disponibilidade imediata.

ENGENHEIRO AGRONOMO—RURAL

Com as seguintes qualificações e requisitos :

1. Pós-Graduação em agronomia, engenharia rural ou em disciplina semelhante,
2. Ter um mínimo de sete anos do exercício contínuo da profissão,
3. Um mínimo de 4 anos de experiência em pesquisa aplicada, especialmente na realização de estudos sobre a promoção do sector produtivo rural : agricultura, criação de gado, pesca, produção artesanal, entre outros,
4. Conhecimentos aprofundados do contexto socio-económico do país,
5. Ter trabalho no contexto da cooperação internacional para o desenvolvimento é uma vantagem,
6. Aberto ao trabalho de equipa,
7. Disponibilidade imediata.

As candidaturas em envelope fechado deverão ser dirigidas ao **Senhor Gustavo González, Conselheiro Técnico Principal, no endereço: PDRRI / Av. 14 de Novembro-Chapa de Bissau / C.P.779 /Bissau / Rep. da Guiné-Bissau, até ao dia 14/09 /2000 às 16 H 30.**

Os documentos exigidos, são:

- Carta de apresentação,
- Curriculum Vitae (versão detalhada),
- Cópia de diplomas (autenticada).

A Consultoria será realizada num período de 60 dias. O salário será fixado na base da experiência profissional antecedente e no estrito respeito das normas e procedimentos da OIM para os consultores nacionais.

Padrinho de AJEDA contra a criminalidade

A luta contra a criminalidade, roubos mas, pela conservação dos bons hábitos no seio da juventude é a grande preocupação do padrinho da Associação Juvenil para Educação Ambiental (AJEDA).

Selo Camará, Secretário-Geral da Confederação Geral dos Sindicatos Independentes da Guiné-Bissau (CGSI), que passou a padrinhar, agora, as iniciativas e os programas de actividades a implementar pela AJEDA.

Em encontro de agradecimento, pelo gesto, Selo Camará disse que vai fazer o possível para apoiar esta organização juvenil, na concretização de um dos objectivos maior que é o combate à criminalidade e roubos.

Na ocasião, Camará exortou os participantes a deixarem de lado o mal e a procurarem conservar os bons hábitos da vida social.

Para esse líder sindicalista, quem pensa para o bem e o mel-



Selo Camará, ladeado de Braima Seck e outros membros da associação

hor do ambiente nunca estará de acordo com o que aconteceu ultimamente no Bairro Militar.

Apesar de cada associação ter a sua política e área de intervenção, a AJEDA assume sempre uma política apartidária, sublinhou ele, acrescentando

que os jovens agrupados nesta associação, devem evitar qualquer desvio da sua vocação pelos políticos.

Enquanto padrinho, posso dizer que vamos ter que pensar em novos projectos, tais que, a recuperação das casas danifi-

cadas durante a guerra de sete de Junho de 1998, fabricando blocos e grelhas para a venda. "Agindo desta maneira, vamos poder criar fundos para associação" referiu.

A terminar, prometeu que irá agir por forma a ver organizado brevemente, um o seminário de formação sobre o meio ambiente.

O presidente de associação, Braima Seck falou do contexto

em que surgiu a AJEDA, considerando que o apadrinhamento surgiu de livre escolha dos associados, com 52 votos a favor. Seck falou também dos objectivos da associação que são: apoiar e encorajar grupos sociais a expressarem as suas aspirações a fim de tornarem efectiva a sua participação nos actos de tomada de decisões.

Onélia Alves e Jorge Imbenque

Internacional

Complexo Científico Ortopédico Internacional Frank País

O maior complexo hospitalar do Mundo de Cirurgia ortopédica, traumatologia, reconstrutiva e reabilitadora do sistema osteomioneuroarticular.

Tem 657 leitos e 250 mil pacientes de Cuba e do mundo já receberam tratamento de doença de coluna vertebral, hérnias de disco, paralisia da medula espinhal de origem traumática, congénita ou adquirida; paralisia dos nervos periféricos, tumores ósseos e de parte moles; fracturas e suas sequelas; pseudo-artrose, infecções ósseas e articulares; deformações congénitas e adquiridas dos membros.

Faz tratamentos com cirurgia reconstrutiva de lesões das mãos, enxertos ósseos e de articulações parciais e totais; substituições das



articulações por próteses; micro-cirurgias; alongamento de ossos com encurtamento congénito ou adquirido; baixa estatura ou nanismo; revascularização e enxertos da medula e em necroses articulares.

Serviço especializado nas técnicas de fixação e em lesões e traumatismos no desporto.

In Granma Internacional

Africa sem telefones a Internet é apenas um sonho

A tecnologia telefónica e a informática avançam, mas põem de lado a África. A sua população, que representa 12 por cento do total do planeta, dispõe apenas de 1,8 por cento dos fios telefónicos do Mundo.

Há meses, se realizou em Génova-Telecomm-99, Exposição Mundial das Comunicações (UIT), sendo um dos resultados, a criação de um programa de 3,6 milhões de dólares para instalar em Dacar (Senegal) e Nairobi (no Quénia), dois centros coordenadores que supervisionarão e formarão o sector das telecomunicações em África.

Se bem que seja uma gota de água no oceano, comparado com as necessidades enormes do continente, a UIT o consid-

era um avanço importante que dará acesso telefónico a mais de 500 milhões de africanos que vivem nas áreas rurais ou afastadas.

Financiada pela UIT, o Norte Networks e o Acacia Initiative, do Canadá, os centros porão em funcionamento a fase inicial de um programa que promoverá o uso de telefones celulares na África subsahariana, para penetrar em áreas inacessíveis.

O caminho continua sendo pedregoso, se se tiver em consideração que o montante anual necessário para investir na infra-estrutura dos países em desenvolvimento, se calcula em 25 bilhões de dólares, para atingir o nível tecnológico das oito nações mais industrializadas do mundo.

A despesa por habitante na África subsahariana continua sendo a mais baixa, com cerca de 13 dólares anuais por pessoa, 19 vezes menos que na Europa, segundo as estatísticas do Banco

Mundial. A África continua sendo o continente de menos ligações com um fio telefónico em cada 100 habitantes.

"O nosso entusiasmo pelo crescimento da telefonia celular e da Internet não deve nos fazer esquecer que a imensa maioria de pessoas no Mundo não têm acesso aos serviços básicos das telecomunicações" salientou o secretário-geral da UIT, Yoshio Utsumi. (IPS)

In Granma Internacional

Anúncio

REPUBLICA DA GUINÉ-BISSAU

SECÇÃO DE FAMÍLIA E TRABALHO DO TRIBUNAL REGIONAL DE BISSAU

Pelo Juiz de Direito desta secção de família e trabalho do Tribunal Regional de Bissau, na acção de Rectificação na Composição de Nome da sua Filiação nesta Secção, movida pelo Autor JOSE ALVES DA SILVA, maior residente em Bissau, Bairro de Chão de Papel/Varela contra os incertos Parentes e Familiares do falecido VIRGILIO ANTONIO DA SILVA e MARIA ROSALINA PIRES, são este citado, para contestarem, apresentando as suas defesas no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a dilação de QUINZE DIAS, contada da data da segunda e ultima publicação deste anuncio, sob a cominação de serem condenados no pedido que o Autor deduz naquele processo que consiste e a presente Acção ser julgada procedente, rectificação do nome da sua Mãe, MARIA ROSALINA GOMES TAVARES para MARIA ROSALINA PIRES, que é o verdadeiro nome da sua mãe, em relação ao senhor JOSE ALVES DA SILVA para todos os efeitos legais.

Secção de Família e Trabalho do Tribunal Regional de Bissau, aos dez dias do mês de Agosto do ano dois mil.

**African Reinsurance Corporation
Societe Africaine de Reassurance (Africa Re)**

Institution professionnelle de réassurance regroupant 41 Etats Membres de l'Organisation de l'Unité Africaine (OUA), la Banque Africaine de Développement, plus 90 compagnies d'assurances/réassurance et ayant son Siège à Lagos (Nigéria), trois bureaux régionaux sis respectivement à Casablanca por l'Afrique du Nord, Nairobi pour l'Afrique Orientale et Australe et Abidjan por l'Afrique Francophone, un bureau de contact à Johannesburg (Afrique du Sud) aisi qu'un bureau local à Port Louis, Maurice (ile Maurice),

ANNONCE

La vacance du poste de Sous-Directeur chargé du Personnel et des Services Généraux de la Société.

I. FONCTIONS

Le titulaire, basé ao Siège à Lagos (Nigéria), sera chargé d'appliquer la politique de la Société en matière de gestion des ressources humaines et d'assurer l'administration des services généraux.

II. PRINCIPALES TACHES

1. Assister la Direction Générale à élaborer/mettre à jour la politique de gestion des ressources humaines.
2. Veiller à mise en application de ladite politique conformément aux dispositions statutaires et règlementaires en vigueur, notamment en ce qui concerne les obligations et droits, la rémunération, les avantages, la protection sociale, la carrière et la discipline.
3. Assurer la liaison avec les partenaires sociaux de la Société.
4. Veiller à la bonne conservation des biens meubles et immeubles de la Société.
5. Assurer l'approvisionnement de la Société.

III. QUALIFICATIONS ET EXPERIENCE

1. Les candidats doivent être titulaires d'un diplôme universitaire obtenu après 4 années d'études supérieures au minimum dans une discipline appropriée ou d'un diplôme professionnel d'un niveau équivalent (Gestion de ressources humaines /sciences sociales).
2. Ils doivent avoir une bonne maîtrise des techniques modernes de gestion des ressources humaines et justifier d'au mois 10 ans d'expérience utiles dans ce domaine, dont au moins 5 à un niveau d'encadrement.

IV. CONDITIONS

1. Etre ressortissants d'un Etat membre de la Société.
2. Etre âgés de 35 ans au moins et de 50 ans au plus.
3. Etre intègres et dignes de confiance.
4. Maîtriser l'une des deux langues de travail (anglais ou français) de la Société qui devra être la langue de base du titulaire et avoir une bonne connaissance de la deuxième langue.

V. INFORMATIONS COMPLEMENTAIRES

1. Statut : Le titulaire jouira des immunités et privilèges liés à ce poste.
2. Salaire : Attayant et de niveau comparable à celui payé par les Institutions financières interafricaines similaires à des fonctionnaires du même rang. Diverses indemnités sont en outre octroyées.
3. Autres avantages: Logement meublé.

VI. PROCEDURE

Les candidatures dactylographiées, signées et accompagnées d'une photo d'identité doivent être envoyées à l'adresse suivante:

Monsieurs le Directeur Général
Société Africaine de Réassurance
AFRICA RE Building
Plot 1679 , Karimu Kotun Street, Victoria Island,
P.M.B. 12765
Lagos - Nigeria

Tél: (234 -1) 2663441/ 2663323/2626660 -3
Fax: (234 -1) 2663282/2626664
E -mail [Info\(a\)africa-re.com](mailto:Info(a)africa-re.com)

VII DATE LIMITE DE DEPOTS DES CANDIDATURES

15 SEPTEMBRE 2000

NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Directora Enfamá Cassamá

ANO XXIII - N.º 1624

Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil - CP 154 - Telef: 21 37 13 / 21 37 28 - Bissau

"A redução da criminalidade passa pela construção de prisões de alta segurança"

A redução de criminalidade no país, passa necessariamente pela construção de prisões de alta segurança e a denúncia das más práticas assumidas pelos cadastrados" afirmou o Comissário Geral da Polícia de Ordem Pública.

Mais pormenores no próximo número

João Monteiro na barra do tribunal

Sobre ombros pesa um lote de acusações

A assistência foi grande hoje de manhã, no Tribunal Regional de Bissau. O Coronel João Monteiro, o famoso agente dos serviços secretos de Nino Vieira e seu regime, começou a ser julgado pelo colectivo dos juizes dessa instância judicial. Ele é acusado de crimes que causam dores de cabeça: a traição à pátria, sabotagem à defesa nacional, operações terroristas, ofensas corporais gravísimos, incêndio qualificado... a lista das acusações é inesgotável.

Não obstante, João Monteiro, o homem que a maioria dos políticos que tiveram a má-sorte de figurar na sua mira conhecem muito bem, é acusado igualmente de ter violado em conclusão com o ex-ministro da defesa nacional, Samba Lamine Mané, as portas da empresa comercial Mavegro, da qual retiraram viat-

uras e outros bens materiais que venderam no Senegal durante a sangrenta guerra de 1998-1999, e o mais grave ainda, ele era suspeito e acusado de crime de genocídio humano, por recrutamento de jovens inocentes maioritariamente da etnia papel para as fileiras dos "Aguentas" fiéis à Nino Vieira, os quais foram dizimados em confrontos com ele-

mentos da Junta Militar. Esta acusação foi retirada, devido a falta de provas. Apesar disso, o ex-director-geral da segurança do Estado vai ter muito que explicar-se sobre a sua contribuição para o clima de injustiças que reinara no país.

Para os analistas políticos, este julgamento do número "um" dos serviços secretos do Estado à

solto de Nino, vai ter que arrastar muita malta para a barra. Aliás, hoje, os juizes tiveram dificuldades em levar a bem a sessão de julgamento, devido ao facto de o João Monteiro não se esquecer ainda das suas testemunhas. A sentença é a esperar para os próximos dias.

Mama Saliu Sané (Bala)



Coronel João Monteiro ex-ho- mem forte do antigo regime

Reunião do Conselho de Ministros da UEMOA

O Conselho de Ministros da UEMOA reuniu-se em sessão ordinária, em 29 de Julho último, na sua Sede, em Ouagadougou, no Bourkina-Faso, sob a presidência de Makhtar Diop, ministro da Economia e Finanças do Senegal, presidente em exercício.

Participaram nos trabalhos, o presidente da Comissão da UEMOA, Moussa Toure, o governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), Charles Konan Banny e o presidente do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD) e Yayi Boni.

No exame da ordem do dia, que abordou os pontos inscritos à título da Comissão da UEMOA, o Conselho adoptou algumas actas comunitárias sobre os diferentes processos de integração da União.

Tratando-se da convergência das políticas económicas dos Estados membros, o Conselho discutiu o relatório semestral de Execução da Vigília Multilateral, depois, adoptou uma recomendação que fixa as orientações da política económica para o ano de 2001.

O Conselho de ministros examinou, de seguida, os primeiros programas pluri- anuais elaborados pelos Estados membros no âmbito da criação do Pacto de convergência, de estabilidade, crescimento e de solidariedade adoptada pela conferência dos Chefes de Estado e de Governo, em de Dezembro do ano passado, em Lomé, capital do Togo.

Na ocasião, o conselho lembrou a importância dos programas trienais (2000-2002), através dos

quais os Estados membros indicam as vias e os meios retidos para a realização das normas comunitárias de convergência fixadas para a fase de mesma, mas devendo terminar em 31 de Dezembro de 2002, etapa essencial para encetar, com sucesso, a fase de crescimento a partir de Janeiro de 2003.

Sob a proposta da Comissão de UEMOA, o conselho de ministros adoptou os programas trienais e convidou os Estados membros, conforme às disposições do Pacto, a apresentarem, segundo os casos, um programa remodelado ou actualizado antes do fim do mês de Outubro de 2000.

Preocupados, de um lado, de tornar mais atractivo para os investidores o mercado único que constitui espaço UEMOA, e por outro lado, harmonizar nele as regras que regem as actividades das empresas, designadamente em matéria de concorrência, o Conselho de ministros formulou orientações com vista à adopção, na sua próxima sessão, do Código Comunitário dos investimentos, que irá substituir os Códigos nacionais.

O Código Comunitário deverá contribuir para a criação de um ambiente jurídico e económico propício ao investimento, marcado com a simplificação das proce-



Godinho Gomes, comissário nacional da UEMOA

duras e a celeridade da decisão esperada pelo investidor, garantindo-lhe a legibilidade e visibilidade na instalação dos seus projectos.

A fim de se tirar o máximo de proveitos do Novo Acordo ACP-CE assinado em 23 de Junho de 2000, em Cononou, no Bebin, o Conselho de ministros deu mandato à Comissão da UEMOA para abrir e conduzir as negociações com vista a conclusão de um Acordo de Parceria Económica Regional (APER) entre a UEMOA e a Comunidade Europeia.

O APER constitui uma das principais modalidades de articulação do espaço de Cotocou. Ele permite aos países ACP agrupados no seio de blocos regionais que reanizaram alguns progressos significativos no processo de inte-

gração das suas economias, de organizarem as suas relações com a Comunidade Europeia, em contexto mais propício ao desenvolvimento durável e a redução da pobreza. Este novo sistema de parceria contribuirá igualmente para a inversão do processo de marginalização social, económica e tecnológica de que são vítimas os países ACP, constituindo assim uma das vias da sua integração harmoniosa na economia mundial.

Ainda, o Conselho de ministros convidou a Comissão da UEMOA a empreender todas as iniciativas necessárias à boa preparação das negociações de um APER-UEMOA-CE, que iniciará em Setembro de 2002.

À título das políticas sectoriais, em fase de definição, o Conselho de ministros adoptou uma recomendação em matéria de Saúde.

Através dela, o Conselho de ministros convidou os Estados membros para a aplicação de dois planos de acções comunitárias: um relativo à instituição de um sistema sub-regional de informação sanitária e de notificação das epidemias e, o outro, à produção dos medicamentos indispensáveis e melhoradas, à fabricação local dos medicamentos essenciais e o controlo da qualidade dos mesmos na União.

Na sequência de um pedido

das Autoridades do Conselho de entendimento, o Conselho de ministros aceitou o princípio de marcação da Comunidade Económica do Gado e de Carne (CEBV) à UEMOA, e mandou a Comissão para estudar as modalidades sob a base de textos que regem a União.

No quadro da aplicação da sua decisão, tomada aquando da sua reunião realizada em Junho último, em Dacar, de contribuir na reflexão sobre a situação da Air Afrique, o Conselho de ministros ouviu uma exposição do Director desta companhia multinacional africana.

Após largas trocas de pontos de vistas entre os seus membros, o Conselho encarregou a Comissão da UEMOA, BCEAO e BOAD a lhe apresentarem, na sua próxima sessão, as propostas de ângulos de intervenção para contribuir ao reavivamento rápido da difícil situação financeira que atravessa a Air Afrique há vários anos.

Os ministros, sensíveis ao acolhimento caloroso e fraterno que lhes foi reservado durante a sua estada, exprimiram ao Presidente Blaise Compaore, de Burkina Faso, a profunda gratidão pela sua constante solicitude. Agradeceram igualmente o governo e povo burkinabé, pela hospitalidade generosa que lhes foi manifestada.